

ANO 27 - NÚMERO 382 - 15 A 19/08/2022

PACTU

CUT BRASIL
www.cut.com.br

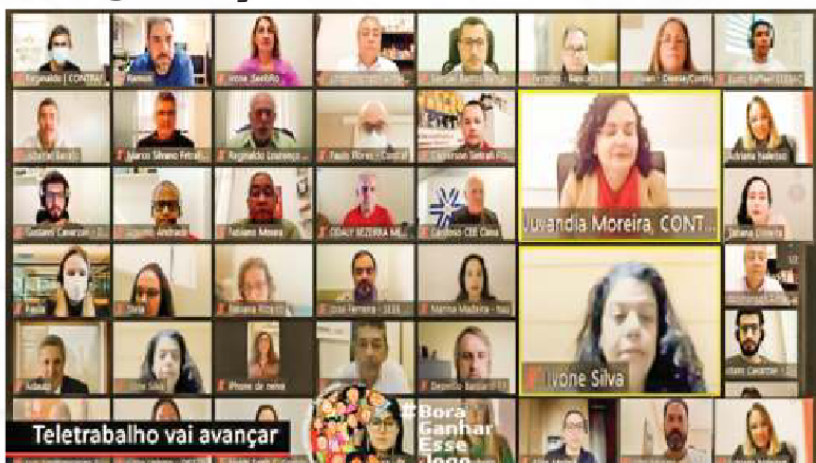
CONTRAF
www.contrafcut.com.br

FETEL CUT/PR
www.fetecpr.org.br

Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

CAMPANHA NACIONAL

Bancários conquistam avanços nas negociações sobre teletrabalho



Na rodada de negociações realizada no dia 11/08, entre o Comando Nacional e a Fenaban, a proposta da categoria bancária para o trabalho remoto avançou. Apesar de vários pontos da proposta já estarem consolidados, ainda não há uma redação final sobre as negociações. A proposta apresentada pelos bancos é bem semelhante à que consta na minuta de reivindicações da categoria. No entanto, alguns pontos importantes, como o controle da jornada, a ajuda de custo e o acesso do movimento sindical a esses trabalhadores não foram incluídos no texto apresentado. Por outro lado, a Contraf-CUT cobrou da Fenaban mais agilidade na apresentação de uma proposta global, que inclui demandas como combate ao assédio moral e sexual, o fim das metas abusivas, proteção do emprego, aumento real, maior reajuste dos vales alimentação e refeição, além da PLR e outras. A minuta foi entregue aos bancos há quase dois meses e todos os pontos já foram detalhados pelo Comando Nacional durante as negociações. "Já deu tempo suficiente para os bancos analisarem o que pedimos e nos darem a resposta com os avanços que a categoria espera", disse Juvandia Moreira, presidente da Contraf-CUT.



Acesse aqui e leia a matéria completa

Negociações no BB

Funcionários destacam relação entre adoecimento e condições de trabalho

PÁGINA 3

Caixa se nega a criar GT para discutir contencioso da Funcef

PÁGINA 3

Dia do Bancário

Símbolo de lutas e conquistas

PÁGINA 4



Demagogia eleitoreira

A redução da alíquota do ICMS sobre os preços dos combustíveis é uma medida paliativa. Além de não eliminar o real problema dos reajustes, a medida retira dinheiro de setores essenciais, prejudicando os mais pobres. **PÁGINA 2**



Teletrabalho e Vales

PÁGINA 4

Trabalhadores perdem direitos



Mais de 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, mas o presidente Bolsonaro faz demagogia com ações eleitoreiras

Demagogia eleitoreira custa caro aos mais pobres

O governo Jair Bolsonaro (PL) “vende” para a população a ideia de que a queda nos preços dos combustíveis, forçada pela redução da alíquota de ICMS cobrada pelos estados e municípios, é a solução para frear os frequentes reajustes e garantir que a gasolina e o óleo diesel sejam vendidos mais baratos aos consumidores.

No entanto, a população pagará um custo muito alto. Principalmente a parcela mais pobre, que já sofre muito com o desemprego, a miséria e a fome. A demagogia eleitoreira

de Bolsonaro custará aos municípios brasileiros cerca de R\$ 15 bilhões. A falta desse dinheiro vai sucatear ainda mais a saúde, a educação, a segurança, a infraestrutura e outros setores essenciais. Sem contar que a redução do imposto só vale até dezembro, o que leva a crer que os preços dos combustíveis voltarão ao patamar de R\$ 7,00 o litro, já no início de 2023. Mas, até lá, o estrago já estará feito.



Acesse aqui e leia a matéria completa

Emprego bancário cai pelo quarto mês seguido

O emprego bancário está encolhendo mês após mês. Entre março e junho de 2022, foram fechados 1.227 postos de trabalho no setor. Nos últimos 12 meses, o saldo só é positivo em 7,4 mil postos por causa das contratações da Caixa Econômica Federal, feitas por decisão judicial, de aprovados no concurso de 2014. As informações foram sistematizadas em estudo do Dieese e apontam que as demissões afetaram mais as mulheres. No semestre, o número de demissões de mulheres (9.627) foi maior que o de homens (8.772). Por outro lado, as admissões de homens são mais numerosas (11.916) que de mulheres (8.835). O valor do salário mensal médio nos novos bancários também é menor.



Acesse aqui e leia a matéria completa

ELEIÇÕES 2022

Centrais Sindicais do Paraná alertam sobre importância do diálogo e a paz

Desde a redemocratização do país, nunca houve tanta preocupação em relação à divisão da sociedade, como ocorre às vésperas das eleições presidenciais de 2022. Nos últimos meses, diversos atentados contra cidadãos comuns e lideranças políticas ocorreram em várias partes do país. Alguns deles tiveram final trágico, como a morte do guarda municipal de Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda, assassinado covardemente por um fanático bolsonarista, no último mês de julho. No Paraná, as centrais sindicais promoveram um debate online, dia 10/08, para chamar a atenção e conscientizar sobre a importância do diálogo e da paz na política. Com participação de lideranças, partidos políticos e trabalhadores, a live teve transmissão ao vivo pelo Facebook. A CUT Paraná divulgou que o objetivo da iniciativa foi compartilhar a responsabilidade pela consolidação da cidadania e da democracia no país, num momento tão importante como agora. Para tanto, é necessário que a sociedade civil organizada esteja comprometida com a promoção do diálogo respeitoso e com o incentivo da paz na política para evitar novas tragédias. Para a CUT Paraná, essa responsabilidade implica em repudiar de forma veemente posturas autoritárias, discursos de ódio, propagação de *fake news* e incitação à divisão entre os brasileiros.

Resolução 42 da CGPAR ataca direitos trabalhistas

Em todo o Brasil, o movimento sindical está se articulando para agir no âmbito judicial e no Congresso Nacional, a fim de revogar a Resolução 42 da Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), publicada no dia 04/08. A Resolução ataca diversos direitos dos trabalhadores das empresas federais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica, entre outras. O texto é uma revisão da Resolução 09/96, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest). Os empregados dessas estatais estão muito apreensivos, porque perdem vários direitos. Pelo artigo 3º da Resolução, as empresas ficam vedadas de conceder empréstimo pecuniário ao trabalhador a qualquer título, incorporar na remuneração a gratificação de cargo em comissão ou de função gratificada, conceder licença-prêmio, abono assiduidade e férias em período superior a trinta dias por ano trabalhado. Desde o início do governo Bolsonaro, a CGPAR publicou várias resoluções, todas elas atacando direitos dos empregados das empresas públicas. A CGPAR 42 é mais uma manobra do governo federal contra a classe trabalhadora e publicada durante plena campanha salarial unificada dos bancários, cuja pauta prioriza os direitos da categoria, inclusive dos trabalhadores do BB e da Caixa.

Negociações no BB

Funcionários destacam relação entre adoecimento e condições de trabalho



Nos dias 09 e 12/08, a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reuniu com representantes do banco para negociar as demandas específicas dos funcionários. Nas negociações sobre Saúde e Condições de Trabalho, a CEBB defendeu melhores condições de trabalho para combater qualquer tipo de prática de gestão que leve ao adoecimento dos funcionários.

A CEBB também reivindicou Cassi para todos os trabalhadores, aposentados ou não, oriundos dos bancos incorporados. Os trabalhadores do BB lembraram que a reforma estatutária da Cassi, realizada em 2020, con-

tém mecanismos para receber os funcionários dos bancos incorporados, mas isso até hoje não foi efetivado.

A situação mais grave envolve os cerca de 14 mil aposentados do plano Economus. Muitos sequer conseguem atendimento e são obrigados a arcar com os custos do tratamento, chegando a comprometer até 70% de sua renda.

O BB se limitou a afirmar que a resposta às demandas não depende exclusivamente do banco. Outras demandas apresentadas foram: assistência odontológica via Cassi para todos os funcionários, incluindo dos bancos incorporados, expansão da atenção aos trabalhadores com doenças crônicas, investimento para ampliar a Estratégia Saúde da Família, ampliação da lista de medicamentos do Programa de Assistência Farmacêutica (PAF) e resolução do déficit da Cassi. Na sexta-feira, dia 12/08, foram negociadas as cláusulas econômicas, mas o resultado não havia sido divulgado até o fechamento desta edição.



Caixa se nega a criar GT para discutir contencioso da Funcef



Na reunião de negociações da Campanha Nacional dos Bancários 2022, realizada dia 10/08, com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE), a Caixa Econômica Federação se negou a atender a reivindicação para que seja criado um grupo de trabalho (GT) a fim de debater o contencioso da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), que é o fundo de previdência dos empregados do banco. A CEE explicou que os participantes do fundo estão arcando com despesas de ações trabalhistas que deveriam ser pagas pela Caixa. O banco entendeu que se trata de um ponto essencial para os trabalhadores, mas disse que a decisão pela criação do GT precisa partir da própria fundação.

Santander tenta violar privacidade de funcionários

O banco Santander, em mais uma de suas características ações de desrespeito aos direitos básicos de qualquer pessoa, tem atuado com o claro objetivo de invadir a vida particular de seus funcionários. Em vários processos judiciais, nos quais é acionado pelo não pagamento de horas extras, o banco

requer a quebra do sigilo de geolocalização, e-mails e outros dados individuais dos trabalhadores que moveram as ações, com o objetivo de produzir provas em sua defesa. Os pedidos em geral envolvem longos períodos de atividades, registrados em históricos da plataforma Google, a partir do uso de aparelho pessoal, não corporativo. A Contraf-CUT reagiu à postura do banco, afirmando que “a tentativa de usar esse mecanismo para se defender em processo trabalhista é completamente despropositada”. A Confederação afirma ainda que, ao violar a privacidade dos funcionários, o Santander transgrediu uma das cláusulas pétreas da Constituição Federal. Na Justiça do Trabalho, não são poucos os casos em que foi negado ao banco o pedido para quebra do sigilo de geolocalização.

do sigilo de geolocalização.

Bancários entregam propostas para programa de governo de Lula



Representantes do movimento sindical bancário entregaram à equipe do programa de governo do candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as propostas da categoria para o sistema financeiro nacional. O encontro aconteceu no dia 09/08 e além de

Juvandia Moreira, presidente da Contraf-CUT, estavam presentes dirigentes de várias outras entidades representativas da categoria. As demandas apresentadas têm como base uma resolução em defesa dos bancos públicos e diversas propostas para a melhoria do sistema financeiro, aprovadas no último Congresso da Contraf-CUT.

“Nós, bancárias e bancários, sofremos na pele as piores mazelas do sistema financeiro e temos diversas propostas para melhorá-lo, como por exemplo o fortalecimento dos bancos públicos e das políticas de crédito para o desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e combate às desigualdades de nosso país”, disse Juvandia.



Dia do Bancário

Símbolo de lutas e conquistas

Em todo o país, atividades comemorativas já estão agendadas para o dia 28 de agosto, para celebrar a passagem de mais um Dia do Bancário.

Porém, mais do que uma data comemorativa, esse dia representa um símbolo das décadas de luta da categoria. Luta essa que começou com uma greve vitoriosa feita há 70 anos, que abriu espaço para uma série de conquistas, como a Mesa Única Nacional de Negociação, a Convenção Coletiva Nacional, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o Vale Refeição e o Vale Alimentação, reajustes reais nos salários durante anos consecutivos e muitas outras.

A coordenadora política do Pactu e diretora do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região, Nivalda Sguissardi, lembra que “todas as vitórias da categoria foram construídas com os bancários e bancárias unidos e organizados”. Para a dirigente, o conjunto de conquistas há muito tempo vem fazendo a diferença na vida das pessoas, na hora de almoçar ou de ter acesso a um plano de saúde. “Temos o que comemorar, assim como temos muitas lutas pela frente”, lembra Nivalda.

O Dia do Bancário surgiu em 1951

No dia 28 de agosto de 1951, os bancários de todo o país decidiram cruzar os braços para reivindicar um reajuste salarial de 40%. Os bancos queriam dar apenas 20%. Naquele ano, os índices oficiais do governo apontavam um aumento de 15,4% no custo de vida. Os bancários refizeram os cálculos e o próprio governo teve que rever seus índices, que saltou para impressionantes 30,7%. Depois de 69 dias de paralisação, os bancários conquistaram 31% de reajuste. Aquela foi a maior greve da história da categoria e o dia 28 de agosto passou a ser comemorado como o Dia do Bancário. Além do reajuste, a greve de 1951 também fez surgir sindicatos de bancários em vários pontos do país. Foi a partir daí que surgiram as bases para a criação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O Dieese nasceu com o objetivo de municiar os trabalhadores com dados estatísticos confiáveis. Ao longo dessas sete décadas, outras grandes greves e mobilizações ocorreram e, com bons Acordos Coletivos negociados, a categoria bancária tornou-se uma referência nacional de negociação salarial.

Contraf-CUT realiza seminário e oficinas de comunicação

Nos dias 15 e 22/08 a Contraf-CUT realiza duas importantes oficinas sobre comunicação digital. As oficinas dão continuidade à formação sobre ações e uso das ferramentas de comunicação digital pelos trabalhadores, iniciada pelo seminário “Os Novos Símbolos da Comunicação Política”, realizado no dia 08/08. A atividade do dia 15 teve como tema a “Disputa nas Redes Sociais” com o Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e TikTok. A abordagem envolveu os aspectos de cada plataforma e das possibilidades de engajamento dos trabalhadores no mundo digital. Já a oficina do dia 22, com o tema “Diálogos Virtuais”, abordará as funcionalidades e estratégias de atuação em aplicativos de mensagens eletrônicas via WhatsApp e Telegram, caminhos para maior engajamento nestas plataformas, análise de legislação pertinente e monitoramento de temas de interesse da classe trabalhadora. O seminário “Os Novos Símbolos da Comunicação Política”, realizado no dia 08/08, em formato eletrônico, apresentou as principais tendências da comunicação digital, contextualizada à luz dos desafios da ação sindical e da política, considerando a importância das mídias sociais e suas ferramentas, com abordagens sobre a modalidade do teletrabalho, suas implicações e o engajamento dos trabalhadores.

Teletrabalho e Vales MP retira direitos dos trabalhadores

A Medida Provisória 1106/2022, do governo de Jair Bolsonaro (PL), mexeu nas regras do trabalho em *home office* e no pagamento dos vales refeição e alimentação.

Obviamente, a mudança é para pior e, como sempre, vem contando com o apoio da maioria no Congresso Nacional. Um parecer aprovado por deputados federais e senadores aponta pelo menos três normas prejudiciais aos trabalhadores: duas que aumentam a jornada de trabalho, sem o pagamento de horas extras, e a que tira o poder de negociação coletiva. A MP também autorizou o saque em dinheiro dos vales refeição e alimentação, se não for usado em 60 dias. Com as mudanças, os trabalhadores tornam-se reféns dos patrões, que poderão contratar serviços por tarefa ou produção, sem pagar hora extra, independente se o trabalho for feito à noite ou nos finais de semana. Além disso, a regra permite o acordo individual para o teletrabalho. Sem apoio dos sindicatos para que o acordo seja coletivo, o trabalhador poderá ser pressionado pelo patrão a aceitar redução de direitos ou, por exemplo, arcar sozinho com os custos de alimentação, de internet, mobiliário e outras ferramentas de trabalho que deveriam ser custeadas pelas empresas. Até o fechamento desta edição, a MP não havia sido sancionada.